



UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIMPEZA DE BERMAS E REMOÇÃO DE ELEMENTOS
RESIDUAIS**

A small, handwritten mark or signature located in the bottom right corner of the page.

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

ÍNDICE

OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS _____	1
LOCAL SERVIÇO/ENTREGA _____	8
PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO _____	8
CONTRATO _____	8
GESTOR DO CONTRATO _____	9
OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR _____	9
CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS SERVIÇOS _____	9
OBJETO DO DEVER DE SIGILO _____	9
PREÇO CONTRATUAL _____	10
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO _____	10
PENALIDADES CONTRATUAIS _____	10
FORÇA MAIOR _____	10
RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO _____	11
RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO _____	11
CAUÇÃO _____	12
FORO COMPETENTE _____	12
SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL _____	12
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES _____	12
CONTAGEM DOS PRAZOS _____	12
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL _____	13

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV
CADERNO DE ENCARGOS
PROCEDIMENTO CONCURSAL POR CONSULTA PRÉVIA
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

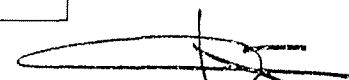
Capítulo I
Disposições gerais
Cláusula 1.^a

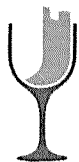
Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por Consulta Prévia, e tem por objeto principal o “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIMPEZA DE BERMAS E REMOÇÃO DE ELEMENTOS RESIDUAIS”, de acordo com as cláusulas técnicas abaixo indicadas no presente ponto do Caderno de Encargos:

Prestação de serviço para a tarefa de corte ceifa de matos nas bermas das estradas e caminhos municipais, numa extensão de +/- 80km, preconiza-se uma largura média de trabalho de 2,00m para além do limite do da plataforma ou da berma asfaltada, nos seguintes locais/troços no quadro abaixo:

Art.	Designação dos Trabalhos	Un	Quantidade
1	T1 CM532 Cumeada/Campinho		
1.1	Atividades ambientais		
1.1.1	Conservação de Zonas Verdes		
1.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	3,70
1.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação, incluindo limpezas	km	3,70
1.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, incluindo limpezas	m2	1 850,00
2	T2 CM1129 S. Marcos do Campo/Campinho		
2.1	Atividades ambientais		
2.1.1	Conservação de Zonas Verdes		





REGUENGOS
DE MONSARAZ
CAPITAL DOS VINHOS DE EUROPA



CÂMARA MUNICIPAL

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV


2.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	3,70
2.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação, incluindo limpezas	km	3,70
2.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva	m2	1 850,00
3	T3 ER255 Reguengos de Monsaraz/S. Marcos do Campo		
3.1	Atividades ambientais		
3.1.1	Conservação de Zonas Verdes		
3.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	9,10
3.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação, incluindo limpezas	km	9,10
3.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, incluindo limpezas	m2	910,00
4	T4 CM1125 Motrinos/Barrada		
4.1	Atividades ambientais		
4.1.1	Conservação de Zonas Verdes		
4.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	1,20
4.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação, incluindo limpezas	km	1,20
4.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, incluindo limpezas	m2	600,00

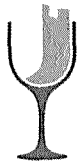
UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

5	T 5 CM1125 Barrada/Outeiro		
5.1	Atividades ambientais		
5.1.1	Conservação de Zonas Verdes		
5.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	1,40
5.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação, incluindo limpezas	km	1,40
5.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, incluindo limpezas	m2	700,00
6	T6 CM1125 Outeiro/Telheiro		
6.1	Atividades ambientais		
6.1.1	Conservação de Zonas Verdes		
6.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	1,30
6.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação, incluindo limpezas	km	1,30
6.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, incluindo limpezas	m2	650,00
7	T7 EM514 Reguengos de Monsaraz/Cruzamento EN256		
7.1	Atividades ambientais		
7.1.1	Conservação de Zonas Verdes		
7.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	18,50

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

7.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação, incluindo limpezas	km	18,50
7.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, incluindo limpezas	m2	9 250,00
7.1.1.4	Podas de árvores, de limpeza e manutenção	un	15,00
7.1.1.5	Eliminação de espécies invasoras	m2	250,00
8	T8 Motrinos/S. António do Baldio		
8.1	Atividades ambientais		
8.1.1	Conservação de Zonas Verdes		
8.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	5,40
8.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação, incluindo limpezas	km	5,40
8.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, incluindo limpezas	m2	5 400,00
8.1.1.4	Podas de árvores, de limpeza e manutenção	un	10,00
9	T9 CM1114 Motrinos/Limite concelho Alandroal		
9.1	Atividades ambientais		
9.1.1	Conservação de Zonas Verdes		
9.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	4,00
9.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação,	km	4,00





REGUENGOS
DE MONSARAZ
CAPITAL DO VITÍBOL DE PORTUGAL



CÂMARA MUNICIPAL

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

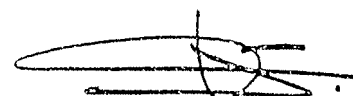
	incluindo limpezas		
9.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, incluindo limpezas	m2	2 000,00
10	T10 CM1125 Motrinos/Cruzamento EM514		
10.1	Atividades ambientais		
10.1.1	Conservação de Zonas Verdes		
10.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	1,40
10.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação, incluindo limpezas	km	1,40
10.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, incluindo limpezas	m2	1 400,00
11	T11 CM1124 S. Pedro do Corval/S. António do Baldio		
11.1	Atividades ambientais		
11.1.1	Conservação de Zonas Verdes		
11.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	3,70
11.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação, incluindo limpezas	km	3,70
11.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, incluindo limpezas	m2	1 850,00
12	T12 CM1124/2 Cruzamento ER255/Cruzamento CM1124		

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

12.1	Atividades ambientais		
12.1.1	Conservação de Zonas Verdes		
12.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	4,40
12.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação, incluindo limpezas	km	4,40
12.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, incluindo limpezas	m2	2 200,00
13	T13 Acesso Monsaraz		
13.1	Atividades ambientais		
13.1.1	Conservação de Zonas Verdes		
13.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	2,60
13.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação, incluindo limpezas	km	2,60
13.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, incluindo limpezas	m2	1 300,00
14	T14 ER381 Reguengos de Monsaraz/Limite concelho Évora		
14.1	Atividades ambientais		
14.1.1	Conservação de Zonas Verdes		
14.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	4,90
14.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação,	km	4,90

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

	incluindo limpezas		
14.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, incluindo limpezas	m2	2 940,00
15	T15 Caridade/EN256		
15.1	Atividades ambientais		
15.1.1	Conservação de Zonas Verdes		
15.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	1,20
15.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação, incluindo limpezas	km	1,20
15.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, incluindo limpezas	m2	720,00
16	T16 EM523/Cerros Reguengos de Monsaraz/Perolivas/Cerros		
16.1	Atividades ambientais		
16.1.1	Conservação de Zonas Verdes		
16.1.1.1	Ceifa e Corte de Vegetação Herbácea, incluindo limpezas	km	2,00
16.1.1.2	Controlo químico seletivo da vegetação, incluindo limpezas	km	2,00
16.1.1.3	Corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, incluindo limpezas	m2	2 000,00
17	DIVERSOS		



UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

17.1	Fornecimento de projetos de sinalização temporária das frentes de trabalhos, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto e ainda aditado pelo Decreto-Regulamentar nº 13/2003 de 26 de junho, incluindo a sua implementação em obra e mobilização de policiamento.	Vg	1,00
17.2	Implementação do Plano de Segurança e Saúde em Obra	Vg	1,00
17.3	Implementação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos da Construção e Demolição	Vg	1,00
17.4	Montagem e desmontagem de estaleiro e arranjo paisagístico da área envolvida.	Vg	1,00

Cláusula 2.^a

Local de execução

Os serviços objeto do contrato serão executados nos locais destinados no quadro.

Cláusula 3.^a

Prazo de execução

- 1 – Os serviços do presente procedimento serão executados por um período de 2 meses.
- 2 – O contrato mantém-se em vigor até à ao final da prestação dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.^a

Contrato

- 1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 5.ª

Gestor do contrato

1 - A entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

2 - A indicação do gestor do contrato, em nome da entidade adjudicante deve constar do clausulado do contrato, nos termos do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 6.ª

Obrigações principais do fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário a obrigação de efetuar a prestação dos serviços identificados na sua proposta.

Cláusula 7.ª

Conformidade e operacionalidade dos serviços

1 – O adjudicatário obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

2 – É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina a celebração de um contrato de prestação de serviços.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 8.ª

Objeto do dever de sigilo

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Reguengos de Monsaraz, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

Secção II

Obrigações do Município de Reguengos de Monsaraz

Cláusula 9.^a

Preço contratual

- 1 – Pela prestação dos serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Reguengos de Monsaraz deve pagar ao fornecedor o valor máximo de **€40.963,00 (quarenta mil novecentos e sessenta e três euros)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor à data da respetiva liquidação, se este for legalmente devido.
- 2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público

Cláusula 10.^a

Condições de pagamento

- 1 – As quantias devidas pelo Município de Reguengos de Monsaraz, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias, após a receção pelo Município de Reguengos de Monsaraz da respetiva fatura.
- 2 – Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida logo após a prestação de serviços.
- 3 – Em caso de discordância por parte do Município de Reguengos de Monsaraz, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11.^a

Penalidades contratuais

- 1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Reguengos de Monsaraz pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento das datas da prestação de serviços.
- 2 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Reguengos de Monsaraz pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 5% do valor da adjudicação.
- 3 – Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objecto do contrato cujo atraso na execução tenha determinado a respetiva resolução.
- 4 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Reguengos de Monsaraz tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 5 – O Município de Reguengos de Monsaraz pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Reguengos de Monsaraz exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.^a

Força maior

- 1 – Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.^a

Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Reguengos de Monsaraz pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na execução do serviço.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Reguengos de Monsaraz.

Cláusula 14.^a

Resolução por parte do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 10% do preço contratual, excluindo juros;

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

3 – Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Reguengos de Monsaraz, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV
Caução e seguros
Cláusula 15.ª

Caução

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida a prestação de caução.

Capítulo V
Resolução de litígios

Cláusula 16.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Reguengos de Monsaraz, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI
Disposições finais

Cláusula 17.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

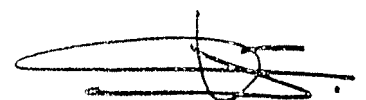
Cláusula 18.ª
Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª
Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.



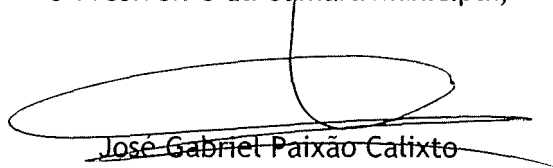
**UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV**

**Cláusula 20.^a
Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Reguengos de Monsaraz, 18 de maio de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,



José Gabriel Paixão Calixto